

Mulher, Trabalho e Direitos

Intercâmbio Brasil-Canadá entre movimento feminista e sindical

Recife, agosto de 2006

Editorial

O SOS Corpo e a SNMT/CUT realizaram, em parceria com a *Confédération des Syndicats Nationaux* – CSN, organização sindical sediada em Quebec (Canadá), e com o apoio da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional – CIDA, um intercâmbio entre Brasil e Canadá para a troca de conhecimentos e experiências de organização de mulheres no movimento sindical e movimento feminista.

Essas duas organizações fazem parte do **Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo**. As instituições e pessoas que compõem esse núcleo estão inseridas em diversos espaços institucionais, como organizações sindicais, organizações feministas, universidades e fundações de pesquisas e combinam, em suas trajetórias, o trabalho profissional e a militância feminista e/ou sindical.

O Núcleo se instituiu em 2001 com o objetivo de produzir conhecimento e formação, através de estudos e reflexões coletivas que possam dar suporte à ação dos movimentos de mulheres trabalhadoras e feministas, tendo como questões

referenciais a reestruturação produtiva, a divisão sexual do trabalho, a organização das mulheres e as políticas públicas.

O Núcleo já realizou três seminários nacionais, no Recife, em São Paulo e em Salvador, nos anos de 2001, 2003 e 2005, respectivamente, dos quais resultaram a publicação de dois livros — *Um debate crítico a partir do feminismo: reestruturação produtiva, reprodução e gênero* e o *Reconfiguração das Relações de Gênero no Trabalho* — e a organização de um terceiro, que se encontra no prelo. Além dos livros dos seminários, da parceria entre SOS Corpo e SNMT/CUT, originou-se a publicação *Mulher e Trabalho*, com base nos debates de curso realizado em 2004.

Esse informe visa a divulgar os conteúdos de mais uma das atividades das organizações que compõem esse Núcleo de Reflexão: a realização dos Colóquios Feministas e Sindicalistas sobre gênero, trabalho e democracia no Brasil e no Canadá, que enfocaram temas fundamentais para o enfrentamento das desigualdades de gênero no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo.

Programa de atividades em Quebec (10 a 13 de abril de 2006)

Visitas ao Instituto de Pesquisa e Estudos Feministas da Universidade de Quebec em Montreal e à Federação das Mulheres de Quebec.

Encontros com a organização da Marcha Mundial das Mulheres e o Centro de Intervenção e Ação das Mulheres Trabalhadoras.

I Colóquio Feminista e Sindicalista – Quebec, abordando:

Estudos feministas sobre trabalho de Universidades de Quebec e do Brasil.

Sistema de relações trabalhistas em Quebec e no Brasil.

Trabalho produtivo e reprodutivo em Quebec e no Brasil.

As transformações da sociedade e o papel dos movimentos feministas e sindicais.

O trabalho do Conselho da Condição Feminina da CSN e do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo.

Assembléia Pública sobre as consequências sociais e sindicais das próximas eleições presidenciais no Brasil.

I Colóquio Feminista e Sindicalista – Quebec, 2006



Feministas e sindicalistas:

questões de gênero, trabalho e democracia

Maria Ednalva Bezerra

Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT

A realização do *Colóquio Internacional sobre Trabalho Produtivo e Reprodutivo* é parte de um processo que se inicia no ano de 2000, com uma proposta da Central Única dos Trabalhadores – CUT, e do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, numa reflexão acerca da importância do movimento de mulheres aglutinar esforços para um debate crítico sobre o trabalho das mulheres e suas implicações na vida cotidiana das trabalhadoras com base no feminismo e no sindicalismo.

Esse tem sido um processo enriquecedor para todas as integrantes do Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo e sua atuação cotidiana nas

entidades, nos movimentos e nas instituições em que essas integrantes trabalham e militam.

Trazar o debate sobre as relações de trabalho e seus impactos na vida das trabalhadoras, buscando articular as análises científicas, as reflexões e as histórias de vida das trabalhadoras diretamente imbricadas nas relações de trabalho tem nos proporcionado, enquanto lideranças sindicais e feministas, um acúmulo fundamental para a elaboração de políticas públicas e ações concretas para as mudanças nas relações de trabalho vividas pelas mulheres.

A relação que tais instituições, movimentos e ONGs têm estabelecido nestes anos de construção

Curso Gênero e Trabalho - Recife, PE, 2004





Trabalhadora do Sizat - BA

coletiva do Núcleo de Reflexão Feminista demonstra a importância de um tripé político com ampla diversidade de pensamentos e idéias, que vem contribuindo para uma maior compreensão do trabalho na vida das mulheres, bem como apresentando elementos de reflexão para ampliar, ou seja, para ressignificar o conceito de *trabalho*, considerando o seu valor social como um fator preponderante de valorização do trabalho e das funções exercidas pelas mulheres.

Desde seu início, esse núcleo tem se colocado como articulação política da reflexão feminista e sindical sobre os problemas que vivem as mulheres no trabalho, sempre buscando compreender a sua divisão internacional, social e sexual como parte importante dos processos e das relações trabalhistas de um grande contingente feminino que se encontra no mercado de trabalho formal e informal, com as suas especificidades em diferentes categorias profissionais.

Portanto, conhecer, trocar experiência e refletir sobre as realidades internacionais neste colóquio,

como ocorreu na experiência de Quebec, é de uma riqueza fabulosa para o crescimento e a ampliação desse núcleo. Desde o 1º seminário e ao longo destes anos, conseguimos acumular reflexões internacionais, ao contarmos sempre com a presença e colaboração de Helena Hirata, socióloga do trabalho, pesquisadora no *Genre et Rapports Sociaux* (GERS), ex-GEDISST, *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), Diretora do GERS e professora do programa de pós-graduação da Universidade de Paris VIII, e da companheira Claudette Carbonneau, Presidente da *Confédération des Syndicats Nationaux* – CSN/ Quebec/Canadá.

Nesse sentido, o Colóquio Internacional vem trazer, para o interior do Núcleo, perspectivas de ampliação do debate interno, bem como a internacionalização da reflexão crítica do feminismo e do sindicalismo sobre o trabalho produtivo e reprodutivo.

Questões feministas para um diálogo internacional

Maria Betânia Ávila,
Coordenadora-geral do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

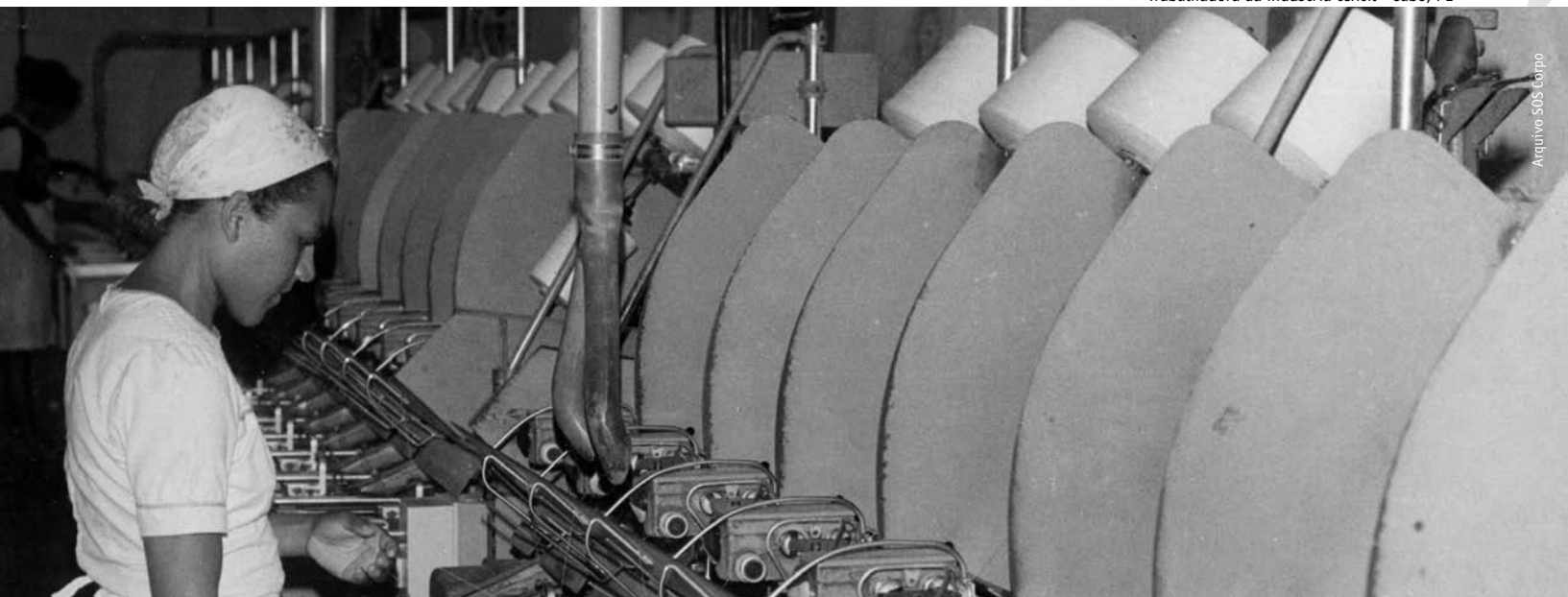
Nessa viagem de intercâmbio ao Canadá, na qual estivemos em Quebec, tivemos uma experiência extraordinária em dois sentidos. O primeiro relativo à qualidade do debate, das idéias que foram trocadas, ao conhecimento da história e das experiências da luta das mulheres por igualdade, da organização sindical, das pesquisas na universidade sobre gênero, tudo isso dentro de uma perspectiva de colaboração e fortalecimento das relações de parceria entre as organizações dos dois países que ali estavam em diálogo. O outro sentido, que quero evidenciar antes de tratar do tema específico desse pequeno texto, é aquele que diz respeito à qualidade das relações humanas, de acolhimento, de respeito, de solidariedade e de profunda gentileza com a qual fomos recebidas. Acho importante valorizar o lado afetivo e solidário das relações humanas frente a um contexto global tão marcado pelos interesses da mercantilização

de todas as dimensões da vida e pelas relações de força e violência.

Posso dizer que a experiência foi, portanto, intensa e inteira, pois nos fortaleceu como feministas, sindicalistas e pesquisadoras e intensificou os laços entre organizações, mas também nos propiciou e fortaleceu os laços de amizade.

Um tema central de debate foi a questão dos trabalhos produtivo e reprodutivo. E aqui expressei minha visão do debate, isto é, não faço uma descrição, mas uma elaboração já marcada pela experiência da troca de idéias. Nesse campo, foram discutidas questões teóricas e práticas. Uma constatação importante foi a da relevância de tratar o conceito de trabalho com base nesta formulação para avançar na análise sobre a configuração contemporânea da divisão sexual do trabalho dentro do contexto da reestruturação

Trabalhadora da indústria têxtil - Cabo, PE





Trabalho doméstico - Assentamento Mandacaru, PB

produtiva, no mercado formal e informal; as mudanças nas relações de trabalho e a tensão da perda de direitos; e a relação entre trabalho, vida cotidiana e políticas públicas.

Verificou-se que, mesmo estando no mercado de trabalho e na atividade política, as tarefas domésticas continuam sendo, basicamente, de responsabilidade das mulheres. O processo de reestruturação produtiva carrega sempre uma proposição de reificação da desigualdade na divisão sexual do trabalho, mesmo levando em consideração as diferenças de conquistas alcançadas nos diferentes países. A lógica da produção voltada para o lucro está em contradição com as necessidades do trabalho reprodutivo, que garante o cuidado e as outras tarefas para a reprodução da vida. Daí formam-se duas lógicas irreconciliáveis e, por conseguinte, a produção da dupla jornada para as mulheres como elemento fundamental da desigualdade de gênero. As tensões no uso do tempo produzidas pela dupla jornada se constituem em um problema a ser superado no dia-a-dia.

As políticas públicas, dentro das diferenças que marcam as experiências em debate, mostram-se incapazes de mudar essa relação, pois são formuladas partindo dessa mesma lógica e, assim,

reproduzem e sustentam a divisão desigual. O que diferencia as experiências é o grau de desenvolvimento dessas políticas voltadas para o bem-estarcotidiano, que podem aliviar a sobrecarga de trabalho, quando amplamente garantidas, ou manter, por ausência ou inadequação, o alto grau de sobrecarga de trabalho para as mulheres. Ficaram também evidentes as ameaças que estão presentes dentro do contexto da globalização neoliberal, de retrocesso para as políticas de bem-estar, mesmo em países onde elas estão garantidas há muito tempo. E, nesse sentido, a articulação internacional é um fator importante tanto para avançar como para resistir na luta por direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Dentro desse debate, também ficou evidenciada a importância do feminismo como um pensamento crítico que engendra novas análises para a compreensão da realidade social e como um movimento político para igualdade e emancipação das mulheres que tem trazido uma nova perspectiva para democratização da vida social. Ao apontar questões para a política, a economia e a cultura como dimensões integradas, a crítica feminista deve alcançar a raiz dos problemas, materiais e simbólicos, e, nesse sentido, se fazer plena de radicalidade.

As Militantes da condição feminina da CUT e da CSN: unidas e cúmplices para construir um futuro melhor*

Comitê da condição feminina da CSN

As responsáveis pela condição feminina da CSN tiveram o prazer de receber uma delegação de sindicalistas da CUT, pesquisadoras de Universidades e organizações feministas brasileiras por ocasião da realização de um seminário que ocorreu de 11 a 13 de abril de 2006, em Montreal, Canadá.

Este seminário nos permitiu refletir sobre as nossas perspectivas de trabalho e as formas de construir uma sociedade igual e justa para as mulheres e as trabalhadoras que representamos.

Essa foi também uma ocasião de avaliar o caminho percorrido pelas mulheres, ao mesmo tempo no Brasil e no Quebec, no mundo do trabalho assim como na sociedade em geral. Desde o início, nós constatamos que, apesar das diferenças, nós temos muitos pontos em comum.

De fato, nós conduzimos lutas semelhantes que permitiram fazer avançar o papel das mulheres nas respectivas sociedades.

Pensem a mobilização sobre a questão das creches, do combate à miséria e a pobreza das mulheres, entre outros, para o aumento do salário mínimo e para melhorar as condições de trabalho e de segurança das mulheres (luta contra o abuso sexual, a violência sobre todas as mulheres). Nós temos também de compreender melhor o impacto da globalização sobre a vida das mulheres (a precariedade do trabalho das mulheres, os deslocamentos, etc), tudo em apoio às reivindicações contidas na *Marcha Mundial das Mulheres*.

Nós aprofundamos nossa reflexão sobre o papel das mulheres nos respectivos sindicatos. Mesmo

Colheita de palma - Assentamento Santa Catarina, PB





Passeata MMTR-NE - Recife, PE

que ainda existam passos importantes a superar, nós constatamos que mais mulheres assumem responsabilidades em postos de direção sindicais e que as condições de militância melhoraram.

Porém, ainda resta um desafio a superar: fazer reconhecer o trabalho realizado pelas mulheres. As mulheres ainda vivem a discriminação salarial e elas devem se mobilizar a fim de ter seu trabalho reconhecido com o valor justo (a luta pela igualdade salarial). Além do mais, elas realizam o trabalho qualificado seguido do trabalho invisível, que é o da reprodução, que alonga a sua jornada de trabalho. De fato, as responsabilidades familiares são ainda muito frequentemente realizadas apenas pelas mulheres.

Sobre essa questão, nós concordamos em continuar nossa reflexão a fim de aprimorar as reivindicações que devem ser colocadas prioritariamente para tudo aquilo que concerne à maternidade e as condições de trabalho e de vida das mulheres.

Finalmente, esse seminário nos permitiu também identificar a importância de uma aliança entre as pesquisadoras feministas universitárias e as sindicalistas. O encontro entre as representantes do Instituto de Pesquisa e Estudos Feministas da Universidade de Quebec em Montreal consolidou essa aproximação, compartilhada, ao mesmo tempo, pela CUT e pela CSN.

Em resumo, essa troca repleta de emoção e de paixão nos permitiu ressaltar a importância dos vínculos a serem consolidados entre o movimento autônomo das mulheres do Brasil e do Quebec.

Em consequência, esses vínculos entre as organizações sindicais, o movimento de mulheres e as diversas organizações da sociedade civil dentre os quais os grupos comunitários, antiglobalização e ambientalistas deverão ser aprofundados e cultivados.

No momento da avaliação do seminário, nós destacamos o prazer que tivemos de compartilhar nossas esperanças e nossas dificuldades, todas com o desejo de que essa grande cumplicidade se mantenha.

Muitas militantes, no entanto, tiveram a impressão de fazer parte de uma mesma “família” (a CUT e a CSN), que apesar das diferenças, nós trabalhamos com a mesma abordagem (a cumplicidade entre as sindicalistas, as universitárias e os grupos de mulheres).

Nossos caminhos ainda vão se cruzar ...

Viva a solidariedade das mulheres da CUT e da CSN para construir um futuro melhor!

* Tradução do francês para português: Patrícia Queiroz Chaves, Casa da Mulher do Nordeste

Movimento Feminista no Brasil e no Canadá: encontros e desafios

Graciete Santos

Coordenadora da Casa da Mulher do Nordeste (PE)

Um dos temas tratados durante o colóquio foi o papel dos movimentos feministas para a transformação da sociedade, sobretudo das desigualdades de gênero e classe social, e os diálogos e as parcerias existentes com o movimento sindical. Embora as realidades sociais, econômicas e políticas do Brasil e do Canadá sejam bastante diferentes, há muitas questões que se encontram, no âmbito das desigualdades de gênero nessas sociedades, como também nos avanços e nas dificuldades na luta feminista.

No Brasil, a situação é muito mais grave, dado o quadro de extrema desigualdade social, concentração de renda, precariedade dos direitos sociais e pobreza que atinge, sobretudo, as mulheres negras. Esse quadro está fundamentado em um

sistema capitalista que se alimenta da cultura patriarcal, com uma forte herança do sistema escravocrata no Brasil, de fundamentalismos religiosos e do autoritarismo e privatização do bem público.

No Brasil e em Quebec, Canadá, o movimento feminista está entre os mais ativos e radicais movimentos no processo de construção da democracia e de transformação social. Apesar das diferenças nos contextos, foram debatidos marcos e desafios comuns na dinâmica do movimento feminista e sindical nos dois lugares.

O movimento feminista em Quebec é bastante forte e atuante na sociedade e mantém uma

Marcha das Margaridas - Brasília, 2003





Trabalho doméstico - Sítio Cabaceiros, AL

estreita relação com o movimento sindical, especificamente com a CSN. A luta das mulheres pela ampliação da representação feminina nesse espaço se deu no início dos anos 70 e culminou, em 1974, na criação do Comitê da Condição Feminina da CSN, que tinha como uma das suas bandeiras a luta contra a discriminação salarial e a sub-representação das mulheres na CSN. Hoje, as mulheres são 57% na CSN, que é presidida por uma mulher feminista. A CSN tem uma forte influência na sociedade de Quebec, apoiando e construindo com o movimento feminista a sua agenda política. Um exemplo é a forte participação na construção do projeto da Marcha Mundial das Mulheres, em 2000, articulação de referência e aglutinadora da agenda feminista nos âmbitos nacional e internacional. Há uma relação muito evidente entre o movimento feminista, o movimento sindical e a universidade, com ações compartilhadas e engajadas.

No Canadá, as mulheres conquistaram direitos importantes — como a legalização do aborto, em 1963 —, entre os quais destacam-se as conquistas de direitos no trabalho: igualdade salarial e

direito à creche. A agenda feminista no Brasil aponta a radicalidade do movimento frente ao enfrentamento da globalização neoliberal. Outras velhas questões ainda são pauta para o movimento feminista e sindical no Canadá e são questões comuns à realidade brasileira: o crescimento da erotização das mulheres e crianças, relacionada à mercantilização do corpo da mulher; um movimento antifeminista, difundido pela mídia sexista e moralista; o tráfico de mulheres para fins de exploração do corpo (pela prostituição) e do trabalho, uma perversa expressão de como a divisão internacional do trabalho tem se valido da divisão sexual e da opressão sobre as mulheres.

Apesar das conquistas no campo dos direitos sociais e políticos, no Canadá, as mulheres não alcançaram transformações na divisão sexual do trabalho doméstico, que permanece sob sua responsabilidade. Daí a importância que o debate sobre trabalho reprodutivo, em particular o trabalho doméstico, ganhou neste intercâmbio, que o coloca como uma questão mobilizadora e que articula os movimentos feminista e sindical brasileiro e canadense.

Horas Extras e Trabalho:

a disputa na distribuição da riqueza

Patrícia Toledo Pelatieri
Economista do DIEESE

No Brasil, trabalhar longas jornadas, fazer horas extras é algo tão comum, tão arraigado em nossa sociedade, que deixamos de questionar, deixamos de disputar.

Um dos pilares do modo de produção capitalista é o domínio que o capital mantém sobre a organização e a duração do tempo de trabalho. Disputar a apropriação do tempo significa disputar a distribuição da riqueza produzida pelo trabalho.

A implementação de um conjunto amplo de ações, visando à efetiva redução da jornada de trabalho e do excesso de horas extras, é prioridade ainda mais urgente em um país como o Brasil, no qual o tempo dedicado ao trabalho vai bem além da já alta jornada legal máxima de 44 horas semanais. Ao computarmos o tempo utilizado para o transporte da residência ao trabalho, a jornada pode ser acrescida em dezenas de horas a mais.

No caso da mulher trabalhadora essa lógica é ainda mais perversa. Acrescente-se ao tempo de trabalho fora de casa e do deslocamento, o tempo de trabalho dedicado à reprodução.

O crescimento da atividade econômica no país traz expectativas positivas para a sociedade brasileira em termos de produção, emprego e renda, mas traz também à tona uma série de problemas característicos de nossa realidade. Um deles refere-se à utilização abusiva das horas extras.

A pesquisa* realizada pela Central Única dos Trabalhadores, que procurou identificar a percepção dos trabalhadores e trabalhadoras sobre o tema da hora extra, traz elementos importantes para essa reflexão e subsídios para a ação sindical.

* Pesquisa realizada em 2005, em cinco ramos de atividade - metalúrgico, químico, vestuário, transporte e comércio - com abrangência nacional, por meio de questionário auto aplicável. Foram ouvidos/as 3.000 trabalhadores e trabalhadoras.

Indústria do vestuário





Passeata Justa de Gênero no Desenvolvimento - CE, 2002

Do total dos pesquisados, 77,8% fazem horas extras. A percepção de pouco mais da metade é de que não estão fazendo mais horas extra que dois anos atrás, dado que confirma a utilização das horas extras como instrumento permanente de ajuste da produção. É significativo o percentual de trabalhadores que disseram se sentir intimidados a fazer horas extras. As mulheres que dizem ter sofrido ameaça ou advertência são em maior quantidade (20,5%) do que os homens (17,4%).

As longas jornadas de trabalho atingem fortemente a integridade física e psíquica dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. A pesquisa confirma essa realidade. De um total de 3.000 pesquisados, 43,3% apontam problemas de saúde causados pelo trabalho nos últimos anos. O alarmante nível de sofrimento imposto pelo trabalho e percebido pelos trabalhadores se comprova no resultado da pesquisa: 67,3% associam os problemas de saúde ao ritmo de trabalho; 37,6% à pressão da chefia; 24,5% ao excesso de horas de trabalho e 11,6% ao assédio moral. A diferença entre homens e mulheres também é acentuada em relação aos problemas de saúde. Enquanto 55,7% dos homens apresentam dores musculares, a queixa atinge 70,2% das mulheres e 20,4% das mulheres pesquisadas apresentam problemas de depressão

contra 12,8% dos homens. Esse resultado está intimamente ligado a precarização do trabalho nos setores majoritariamente femininos, como Comércio, Serviços e Vestuário.

Os dados da pesquisa confirmam que a prática de horas extras é utilizada pelos trabalhadores e trabalhadoras como forma de compensar os baixos salários e complementar a renda essencial da família (45,3%). Quando a estratificação se dá por sexo, o número de mulheres que diz fazer hora extra para complementação essencial da renda ultrapassa os 50%, o que possibilita perceber que os salários das mulheres são ainda mais baixos. O preço pago por essa estratégia individual de sobrevivência em detrimento de uma mais coletiva é alto e atinge as diversas dimensões da vida.

Embora a hora extra muitas vezes pareça ser o único caminho para garantir a sobrevivência, sua prática fragiliza a luta coletiva. Assim cabe aos movimentos organizados e principalmente ao movimento sindical, conhecedor de todas as contradições, encontrar o caminho entre as necessidades individuais do trabalhador e da trabalhadora e a defesa do bem estar coletivo na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.



Fórum Social Brasileiro, Recife, 2005

Movimento sindical e movimento feminista discutem políticas do Mercosul no Fórum Social Brasileiro - FSB

Com o objetivo de reunir feministas do movimento de mulheres e do movimento sindical para discutir a situação de trabalho para as mulheres, O SOS Corpo e a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT realizaram, durante o Fórum Social Brasileiro, no Recife, de 20 a 23 de abril, um seminário sobre políticas de emprego para mulheres nos países do Mercosul. Lílian Celiberti, do Cotidiano Mujer, do Uruguai, e da Articulação Feminista Marcosur – AFM; Carmen Silva, do SOS Corpo; e Ednalva Bezerra, da SNMT-CUT, apresentaram um panorama geral do processo de integração regional dos países do cone sul e as articulações que estão ocorrendo entre o movimento feminista e o movimento sindical para pautar nesse processo a situação de trabalho das mulheres.

A mundialização do capital, a reestruturação da produção e a redução dos gastos com os serviços públicos preconizada pelo neoliberalismo geraram uma forte onda de desemprego e de precarização crescente do trabalho das mulheres. Soma-se a isso o fato de que elas ainda são responsabilizadas socialmente pelo trabalho reprodutivo, entendido aí tanto o trabalho doméstico para manutenção das residências e dos familiares como o trabalho nas chamadas “profissões femininas”, ou seja, aquelas ligadas aos cuidados com a vida, que são

majoritariamente realizadas por mulheres e eram a principal fonte de postos de trabalho no serviço público. Risco maior ainda se apresenta diante da possibilidade de liberalização do setor de serviços, que está em debate nas rodadas de negociação sobre livre comércio no âmbito da OMC.

Diante desse quadro, as políticas de trabalho e renda do governo brasileiro, apesar do avanço no crédito agrícola para mulheres, ainda são majoritariamente voltadas para capacitação profissional de baixa qualidade e para pequenos empreendimentos sem garantia de sustentabilidade. Esses elementos, apresentados no seminário tendo por base o contexto brasileiro, não diferem muito dos outros países do Mercosul. As mulheres de centrais sindicais e de organizações feministas dos países do cone sul, ao se organizarem para incidir sobre as políticas de emprego para mulheres, entendem o Mercosul para além de uma região aduaneira, tal como é hoje, e o vêem como um processo de integração regional entre os países, capaz de qualificar a inserção política e econômica do bloco no cenário mundial. Nesse sentido, o movimento feminista e sindical está empreendendo esforços para construir espaços de debates acerca dos impactos das políticas do Mercosul sobre as mulheres, em especial as políticas de emprego dos países membros.

Expediente:

Redação e edição de textos: Carmen Silva, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira (SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia); Maria Ednalva Bezerra (SNMT/CUT); Graciete Santos (Casa da Mulher do Nordeste); Patrícia Toledo Pelatieri (DIEESE); Coletivo da Condição Feminina da CSN. Projeto Gráfico: Carlos Pellegrino Tiragem: 2.500 Impressão: Provisual

realização



SOS CORPO ²⁵anos
Instituto Feminista
para a Democracia



Secretaria Nacional
sobre a Mulher
Trabalhadora da CUT



apoio



Canadian
International
Development
Agency

Canadá

Informativo realizado com o apoio financeiro do Governo do Canadá fornecido através da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI)